

**Veículo:** *O Estado de S.Paulo*

**Data:** 08/06/2008

**Autor:** Ethevaldo Siqueira

## **FHC relembra Sergio Motta e faz revelações**

“Sérgio Motta era uma figura única, por sua inteligência, capacidade de trabalho, amor ao Brasil e idealismo. Ele pertencia a uma geração 10 anos mais nova do que a minha. Não convivemos nos tempos de universidade. Só o conheci depois que retornei do exílio. Em sua empresa, acolheu dezenas de perseguidos políticos. Apoiou a imprensa nanica, de resistência à ditadura, primeiro no jornal Opinião e, depois, no Movimento. Nomeei-o ministro das Comunicações sem consultá-lo. E o seu trabalho foi o que todos conhecemos.”

Esse é o retrato sintético que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso faz de Sérgio Motta, seu ministro das Comunicações, falecido há 10 anos. Na terça-feira passada, num evento em homenagem ao ministro – o Fórum sobre o Futuro das (Tele)Comunicações<sup>1</sup> –, FHC acabou dando um depoimento que explica fatos até aqui pouco compreendidos.

### **REVELAÇÃO**

No evento, o ex-presidente esclareceu alguns dos pontos mais intrigantes de seu governo, quanto à política de comunicações, em especial em seu segundo mandato. No meio do debate, perguntei-lhe: “Por que seu governo não deu continuidade ao projeto de reestruturação geral das comunicações, sonhado e iniciado pelo ex-ministro Sérgio Motta, que previa a elaboração de uma lei abrangente – a Lei Geral de Comunicação – como um grande guarda-chuva, incorporando a nova Lei Geral de Telecomunicações (LGT), cobrindo as áreas de radiodifusão, correios, telecomunicações e comunicação eletrônica de massa, com uma única agência reguladora para todos esses segmentos? E mais: por que entregou o Ministério das Comunicações a Pimenta da Veiga, inimigo pessoal de Sérgio Motta e uma voz discordante em todo o processo de modernização das comunicações brasileiras?”

---

<sup>1</sup> Seminário “O futuro das (tele)comunicações no Brasil”, promovido pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso, em parceria com a BM&FBOVESPA, em 03 de junho de 2008, no iFHC [nota do site].

Fernando Henrique não fugiu à questão. Em sua visão, qualquer governo só consegue fazer reformas profundas, em momentos particularmente favoráveis, quando conta com apoio político e parlamentar excepcionais: “No primeiro mandato, assumi com a força política que me dava o Plano Real, o que me permitiu fazer a maioria das reformas constitucionais, visando à modernização do Estado, à privatização de vários setores, como o de telecomunicações”.

Após o falecimento de dois líderes de seu governo – Sérgio Motta em 19 de abril de 1998 e, dois dias depois, Luiz Eduardo Magalhães –, a força política de FHC foi duramente atingida. Mesmo reeleito para um segundo mandato, o presidente não conseguiu mais reconquistar a base parlamentar e a força política que lhe permitiriam levar adiante as grandes reformas de que o País necessitava.

“Em 1999 – recorda o ex-presidente –, tivemos de enfrentar a crise cambial de 1999. Com muito esforço, conseguimos aprovar no ano 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal, de cuja importância ninguém duvida.”

#### E AS REFORMAS?

Quanto às Comunicações, tema central do fórum, no entanto, a grande questão ficou sem resposta: como viabilizar a aprovação de uma legislação avançada para o setor, num país que não consegue modernizar sua economia? A experiência mostra que, depois de 8 anos de governo Fernando Henrique e 6 anos e meio de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil não conseguiu realizar praticamente nenhuma das reformas essenciais exigidas pelo País. E dificilmente o conseguirá até 20.

Pior ainda: nem a popularidade recorde de Lula desperta-lhe a vontade de mudar para melhor o quadro estrutural e institucional brasileiro. O poder de transformação das novas tecnologias fica reduzido a quase nada num país caracterizado por um dos piores sistemas educacionais do planeta, assistência médica de quinto mundo, previdência social quase falida, estradas em deterioração, infra-estrutura aeroportuária defasada, sistema elétrico precário e vulnerável, estrutura burocrática estatal ineficiente e irracional, carga tributária insuportável, Legislativo desmoralizado por freqüentes escândalos, Justiça lenta e ultraformalista, que protege mais o criminoso do que a sociedade e, last but not least, a corrupção sempre impune.

Como falar seriamente em inclusão digital, banda larga e informatização das escolas num país com infra-estrutura tão obsoleta? Como pensar em maiores avanços na legislação das comunicações, além do confuso e retrógrado projeto de lei da TV por Assinatura (PL 29)? Como falar em revolução digital se o governo do PT não dispõe nem de quadros nem sabe para onde ir nessa área?

Nesse cenário, todas as propostas têm sido encaminhadas da forma mais atabalhoada possível, como no caso da TV digital, inaugurada sem receptores adequados, sem mobilidade e sem interatividade. O Plano Geral de Outorgas só está sendo atualizado em razão de interesses pontuais de duas empresas e das relações políticas com o governo. Em lugar de políticas públicas sérias e avançadas, só ouvimos discursos populistas.

Na verdade, o que o evento de terça-feira mostrou, acima de tudo, foi um país sem projeto para o futuro, onde quase tudo se faz de improviso, ao sabor de interesses do momento e das forças mais retrógradas.